Papel, Funções e Importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no sucesso académico da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul – Angola

|  |  |
| --- | --- |
|  Miguel PascoalUniversidade Lueji A’ NKondeRegião Académica IV, Angolamiguelpascoal10@yahoo.com.br | Marília Sota FavinhaUniversidade de ÉvoraÉvora, Portugalmfavinha@uevora.pt |
|  |  |

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do papel, das funções e da importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no sucesso académico da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, em Angola.

Hoje em dia um dos grandes desafios do trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário na orientação do professor no Processo de Ensino-Aprendizagem (PEA) é o seu papel quanto à valorização do registo e análise das observações da prática docente, do conteúdo trabalhado na procura da relação teoria /prática que se possa traduzir em resultados significativos para o aluno.

O problema de investigação surgiu em torno da falta de Coordenadores Pedagógicos na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, como possíveis propiciadores do sucesso do PEA.

Dada a relevância do que pensam os professores, os alunos, os encarregados de educação e os diretores escolares sobre esta problemática, optámos por realizar um estudo de natureza mista para o qual foram utilizados como instrumentos de recolha de dados o questionário e a entrevista.

Concluiu-se com esta investigação que os Coordenadores Pedagógicos Universitários, devem ser **valorizados** no subsistema de Ensino Superior, enquanto mediadores de aprendizagens, da **promoção e** da **cooperação** entre os professores, da **competência** científico-pedagógica, dando especial ênfase à noção de partilha de saberes, à reflexão conjunta, à experiência profissional e aos conhecimentos pedagógicos e científicos. Os resultados encontrados poderão contribuir para repensar modos de trabalho mais apropriados que possam levar ao sucesso escolar.

Palavras-Chave: Competências, Papel do Coordenador Pedagógico, Sucesso Escolar, Ensino-Aprendizagem, Sistema de Ensino Superior Angolano.

**1.Introdução**

A função de supervisão encontrava-se na figura do pedagogo, oriunda da Grécia Antiga. Para termos uma escola de qualidade, Saviani (2010) refere que “a atividade supervisora também tem que fazer parte da educação dos trabalhadores” (p. 17).

Atualmente, o Coordenador Pedagógico realiza seu trabalho de forma autónoma no sentido de que não lhe são impostas atribuições que tenha de seguir. Medina (1997) compreende o trabalho do Coordenador Pedagógico sob uma lógica de relação interativa, envolvido com o processo de ensino-aprendizagem numa relação recíproca, aprende em conjunto, na medida em que se envolve com o ensinar e o aprender do aluno e do professor e, orienta segundo o que vai aprendendo e ensinando. Evidência uma relação mútua, de diálogo, acompanhamento e problematização com relação ao começo das atividades que são desenvolvidas em aula, relativas à aprendizagem, e as demais situações do dia-a-dia da escola.

Dessa forma, é importante repensar a forma da sua atuação na sociedade contemporânea, entendendo-se que ele não deveria ser simplesmente um assessor do professor, um desencadeador de tarefas, um profissional sem definições de papéis, mas sim, alguém comprometido e envolvido no processo de ensino e aprendizagem, auxiliando tanto o professor como o aluno. De acordo com Ferreira (2009) “é sabido que cada formação pretendida, em cada sociedade, num dado momento histórico, ao longo do desenvolvimento da humanidade, sempre definiu um conjunto de noções, ou valores, que nortearam as ações educativas e a sua gestão, para que a qualidade pretendida fosse alcançada e os possíveis desvios fossem corrigidos” (p.30).

Faz-se necessário, repensar o seu papel junto da gestão escolar. Conforme Placco (2003) “Nenhum processo de planeamento e de desenvolvimento profissional, na escola, tem resultados efetivos se a responsabilidade pelos processos e pelos resultados não é partilhada - cada qual com a função que lhe cabe, mas sim consciente das funções uns dos outros e colaborando mutuamente para que os objetivos sejam alcançados. É frequente que o Coordenador Pedagógico se arrogue obrigações e tarefas de tal monta que se torna impossível cumpri-las” (p. 53).

Tal quadro tem levado o Coordenador Pedagógico a repensar as suas funções, partilhando essas preocupações com os membros da gestão, bem como, com outros profissionais.

De modo geral, a atuação do Coordenador Pedagógico Universitário (CPU) tem suscitado vários debates, propostas e reflexões. A função do Coordenador Pedagógico é nova, com concepções e práticas sociais vividas. Discutir a concepção do Coordenador Pedagógico Universitário no quotidiano da escola, e a delimitação de seu papel com foco na sua ação coordenadora e na forma como desempenha suas funções, pode significar resgatar experiências, e enfrentar diferenças.

A reflexão sobre o tema em questão foi problematizada a partir da fundamentação dos aspetos constantes no Estatuto da Universidade Lueji A' NKonde (ULAN), artigos 53º e 55º, da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/07, de 2 de Fevereiro, nas alíneas a), f), h) e p), apoiadas na Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro, nos artigos 36º, 41º e 56º, (Lei de Base do Sistema de Educação), permitindo assim, ter uma clara compreensão da abordagem que se faz necessária, uma vez as Instituições de Ensino Superior (IES), é um artifício social, resultante também de práticas sociais, de representações legítimas de forma individual e coletiva.

Torna-se urgente perceber a natureza da prática pedagógica do Coordenador Pedagógica Universitário, ou seja compreender essa natureza como pressuposto pedagógico e político de uma concepção de educação na qual está pautada significativamente a organização da Escola. Entendemos que existem dificuldades e problemas que serão enfrentados pelos Coordenadores Pedagógicos Universitários ao serem institucionalizados, ao transformar na prática diária as propostas teóricas, principalmente no momento em que todas as posições mais recentes em educação ressaltam à necessidade da revisão do papel das Instituições de Ensino Superior, enquanto escolas, de modo que as pessoas determinam as mudanças e não são as mesmas a realizá-las em ações concretas. Daí a importância da determinação do papel do Coordenador Pedagógico Universitário e a possível contribuição que se possa dar da sua função no Ensino Superior Angolano (ESA).

É necessário entender, que nem todos os problemas resultam da inexistência na prática do Coordenador Pedagógico, sendo que os maiores problemas da escola são conjunturais e de gestão pública. O mundo do trabalho exige dos seus trabalhadores disponibilidade e referências e o quotidiano da escola reflete o modelo de organização da sociedade capitalista operacionalizado na divisão social do trabalho e de classe. A organização da escola ainda está pautada nesse modelo.

A visão aqui construída pretende propiciar uma compreensão, a partir da realidade da escola acerca da natureza do trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário, com base em concepções de educação e de gestão que claramente definem o repensar das práticas desenvolvidas na escola, que Carvalho (2005) classifica como sendo um ato político de interação entre os sujeitos no processo de construção do conhecimento, sendo, portanto “um trabalho de mediação que se expressa na prática educativa enquanto processo do conhecimento”(p.47).

Para que a escola possa cumprir este papel, será necessário investir na mudança de atitude dos professores, em especial do Coordenador Pedagógico Universitário, no sentido de criar condições que favoreçam este elo, tendo como objetivo a valorização do aluno.

É imprescindível a presença do Coordenador Pedagógico Universitário, como estimulador da capacitação do processo de ensino-aprendizagem no Subsistema do Ensino Superior, destacando a necessidade de adquirir conhecimento e condições de enfrentar as dificuldades próprias de sua profissão, estar preparado para administrar as constantes mudanças no contexto escolar. Ressaltando que a avaliação contínua do aluno exige um novo tipo de formação de professores.

Estas são apenas algumas das inúmeras possibilidades que a escola pode contribuir para a construção de um ambiente que efetivamente possibilite a integração entre os agentes participantes, a partir da ação do Coordenador Pedagógico Universitário “quanto mais qualificada for a inserção do coordenador na proposta de educar para a valorização do meio social, maior será a probabilidade de formarmos indivíduos que contemplem e ampliem seus horizontes sociais” (Aires & Silva, s/d, p. 9).

Segundo Elias, (2006) a presença do Coordenador Pedagógico “ é indispensável na escola para garantir a economia de esforço e tempo, ao mesmo tempo, em que colabora para que se processem no professor modificações comportamentais e atitudinais, oriundas de uma mudança gradativa e sistemática, de um planeamento consistente, com a finalidade de ajudar cada professor a ser melhor, individualmente e profissionalmente” (p.23)

O Coordenador Pedagógico pode ser um agente responsável pela formação contínua dos professores, subsidiando e organizando a reflexão, estimulando o processo de decisão visando à proposição de alternativas para superar os problemas da prática. Esta é uma figura essencial nesse no processo integrador e articulador de ações e tem sido solicitada a existência dessa função na expectativa de que ele opere como mediador das reflexões sobre a prática, contexto de trocas para ouvir e falar com os professores.

O papel do Coordenador Pedagógico Universitário deveria ser assegurar através de várias ações pedagógicas necessárias para o bom desenvolvimento escolar, resultado da participação conjunta de professores, alunos, conselho pedagógico, para que resulte na formação de alunos altamente qualificados.

O conhecimento da ciência pedagógica é imprescindível,  não porque esta contenha orientações concretas válidas para hoje e para amanhã mas porque permite realizar uma autêntica análise crítica da cultura pedagógica, o que facilita ao professor debruçar-se sobre as dificuldades concretas que encontra no seu trabalho, e superá-las de maneira criadora.

A escola precisa ser de fato, o local do exercício da cidadania, para que isso aconteça, é preciso garantir a permanência do educando, tornando-o sujeito capaz de assimilar e construir saberes com a orientação dos professores, baseando-se sempre em princípios, valores éticos e morais.

Um plano de trabalho é o primeiro passo onde as ações devem ser coordenadas de forma flexível de acordo com a realidade escolar, estimular o trabalho em equipa voltado para orientação e cobranças de resultados satisfatório da aprendizagem. A primeira tarefa do Coordenador Pedagógico Universitário é tentar mobilizar os colegas a desenvolver um trabalho de equipa, pois essa é uma condição essencial para a melhoria da função pedagógica em sala de aula, clarificando os objetivos de aprendizagem.

Para obter os melhores resultados é primordial analisar o desempenho de professores e alunos desde do primeiro ano que entram nas Instituições de Ensino Superior propondo ações efetivas para melhorar esse desempenho. Com os indicadores da escola em mãos é possível montar um plano de ação visando a melhoria e a recuperação de aprendizagem em várias disciplinas discutindo os resultados insatisfatórios em conjunto ou individualmente com os professores e alunos.

A troca de informações com os professores envolvidos com baixos índices de aproveitamento mostra imprescindível a fim de que conheçam em profundidade as características desses professores, entre as quais sua inclinação e vontade em modificar seu trabalho, o grau de interesse pela aprendizagem do aluno com vistas ao melhor desempenho que contribuirá na implementação de ações necessárias a melhoria do trabalho em sala de aula,

O Coordenador Pedagógico Universitário precisa reestimular o professor envolvido com maus resultados para o compromisso de tentar novas formas de trabalho, capazes de alterar os rumos do processo. Para que isso aconteça será preciso acompanhar essas ações para que tudo o que planeou, não se perca. Discutir a questão da assiduidade e procurar razões do excesso de faltas de muitos às aulas é uma tarefa árdua, pois a falta de continuidade dos conteúdos provoca nos alunos o desinteresse por determinadas disciplinas. A aprendizagem dá-se de forma cumulativa, e o não cumprimento do planeamento e pode causar dano na aprendizagem do aluno.

Para que a escola obtenha resultados satisfatórios é preciso que todos contribuam para a melhoria do ensino-aprendizagem: acompanhando e analisando as avaliações que serão aplicadas aos alunos e os critérios das mesmas. Um Coordenador Pedagógico Universitário sabe o que deve, e como fazer para atuar o seu papel, mas vale lembrar que a teoria é diferente, na prática nem sempre é possível a execução de um bom trabalho.

A função específica do Coordenador Pedagógico Universitário é a socialização do saber docente, na medida em que cabe estimular a troca de experiências entre os professores, ir além do conhecimento teórico, para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, manter sempre atualizado, fontes de informação e refletindo sobre sua prática, é necessário destacar o trabalho com a colaboração de todos. O Coordenador Pedagógico Universitário, deve estar preparado para mudanças e sempre pronto a motivar sua equipa.

Cabe ao Coordenador Pedagógico Universitário refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino – aprendizagem. O trabalho em equipa é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional. O papel do Coordenador Pedagógico Universitário na aprendizagem significativa mostra-se pontual na organização e desdobramento das atribuições em relação ao seu compromisso teórico-metodológico, ao estabelecimento de um clima de organização propício ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico que respeite as distintas vozes que se apresentam no processo docente educativo e análise de vivências da escola.

A figura do Coordenador Pedagógico na instituição de Ensino Superior deve ser vista como fruto de uma concepção progressista, onde as novas formas de gestão escolar do processo ensino-aprendizagem serão postas em prática e a sua real função de coordenar, planear e acompanhar todo o processo didático pedagógico com a prática e método onde os alunos criem conhecimentos a partir de suas próprias descobertas.

O Coordenador Pedagógico Universitário deve ser visto como gestor, para auxiliar e contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, objetivando uma educação com eficiência. É nesta perspetiva, que afirmamos que o Coordenador Pedagógico Universitário é uma figura necessária e tem um longo caminho social, para o desenvolvimento do trabalho e de compromisso pessoal e deve estar atento às transformações de atitude escolar, tendo a responsabilidade de promover a reflexão e a vivência nas relações escolares, tornando-se um agente transformador da prática pedagógica. Por isso precisa estar aberto para constantes transformações.

Brandão (1999) afirma que a “educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros” (p.45).

**2. O Estudo**

 **2.1. Questões de Investigação**

A falta de Coordenadores Pedagógicos na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, como possíveis propiciadores do sucesso do Processo de Ensino Aprendizagem, colocou-nos o seguinte problema de investigação:

*Qual é o papel, as funções e a importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários e de que forma se pode pensar a sua existência e influência no sucesso do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior Angolano (ESA)?*

A questão de investigação, dada a sua abrangência, constituiu um leque de questões de investigação que dirigimos aos Professores, Diretores das escolas pesquisadas e membros do Colégio Reitoral da Universidade Lueji A' NKonde:

Questão 1 -Como se tem organizado o processo de ensino-aprendizagem da escola sem Coordenadores Pedagógicos?

Questão 2 -Que importância poderia ter os Coordenadores Pedagógicos nas instituições universitárias?

Questão 3 -Que implicações poderiam provocar no processo de ensino-aprendizagem a existência de Coordenadores Pedagógicos Universitários? Se a Universidade Lueji A´ Nkonde (ULAN) deliberar a criação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários melhorar-se-á o Processo de Ensino-Aprendizagem nas Unidades Orgânicas?

 **2.2. Método**

Como profissional na área da Educação revelámos preferência por um estudo de natureza quantitativa e qualitativa (Bogdan & Birklen, 1994; Moscorola & Freitas, 2002; Pestana & Gageiro 2009, Quivy & Campenhoudt, 2003;Tukman, 2002), para melhor servir aos objetivos do estudo, e por considerarmos que as suas características se adequam às nossas pretensões e convicções de um estudo que incidisse na compreensão de um contexto.

Fizeram parte desta pesquisa 48 professores, 6 membros da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (ESPLN) e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul (ESPLS) e 2 membros do Colégio Reitoral da Universidade Lueji A' NKonde.

As técnicas adequadas para pesquisa que realizámos foram o questionário, entrevista e análise documental. As narrativas biográficas escritas assumiram, neste estudo, a função de técnica privilegiada, como fonte de informação principal, assim como, a análise documental, partindo dos depoimentos e da documentação legal existente sobre Coordenador Pedagógico.

Para analisarmos o papel do Coordenador Pedagógico Universitário recorremos a um questionário, que nos permitisse fazer um levantamento de dados e uma descrição e análise, sequencial*.* Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente utilizando a aplicação Excel do Microsoft Office 2007. A elaboração de tabelas de frequência permitiu uma visualização do número de ocorrências de cada resposta de acordo com os princípios enunciados por Moscorola & Freitas (2002).

Na investigação de natureza qualitativa, a entrevista foi o instrumento de recolha de dados utilizado. Foi feita a análise de conteúdo, sob o tipo categorial, para o qual seguimos os princípios que o processo de categorização se rege: pelas regras da exclusividade mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e pela produtividade das categorias inventariadas e classificadas, pois só assim nos puderam dar elementos proveitosos, em inferências, cuja organização se refletiu nas respetivas grelhas de análise (Bardin, 2004 Tuckman, 2002). Neste contexto, realizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2004). Esta técnica permitiu, irmos mais além da análise objetiva e rigorosa do conteúdo dos documentos. Pretendemos com esta metodologia conjeturar conhecimentos através da resposta às questões que tínhamos colocado.

**3. Principais resultados**

O estudo revelou-nos que existe uma necessidade de adotar políticas de formação académica dos professores destas instituições de Ensino Superior tendo em conta que a maioria só tem a licenciatura. A desproporção no género masculino em relação ao género feminino, na docência universitária, também constitui uma preocupação da Universidade Lueji A’Nkonde. Quanto à nacionalidade, os dados elucidam o engajamento dos quadros nacionais no PEA universitário, e sugerir as entidades supervisoras do Ensino Superior Angolano, Departamento Ministerial do Governo Angolano, e a Universidade Lueji A’Nkonde caso sejam clarificadas políticas remuneratórias no Ensino Superior Angolano, poderia mudar o atual regime de colaboração para efetivo, assentes na alínea a) da Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro. Se houver definição de estruturação dos Departamentos de Ensino e Investigação e com os Coordenadores Pedagógicos Universitários como uma estrutura intermédia e, caso fosse revisto o quadro do pessoal das Instituições do Ensino Superior angolano, transformaria o Coordenador Pedagógico Universitário numa estrutura de supervisão e avaliação do processo de ensino-aprendizagem universitário e melhorar-se-á a questão de desempenho dos professores nas vertentes científicas e pedagógicas. Uma análise preliminar dos resultados mostram que o maior índice dos inqueridos consideram que o Coordenador Pedagógico Universitário deveria ser uma estrutura intermédia do Departamento de Ensino e Investigação, e seria importante figurar no quadro do pessoal para renumeração salarial que seria base de eficácia e eficiência na sua prática docente conforme o que expressa Decreto nº 57/03, de 5 de Setembro, que aprova o Estatuto Remuneratório dos Funcionários da UAN, artigo 16º, enquanto se aguarda melhoria conforme alínea t) da Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro.

A função de Coordenador Pedagógico Universitário seria a de promover as aprendizagens mantendo em equilíbrio o desenvolvimento e a negociação do Processo de Ensino Aprendizagem. A adesão a esta função deve-se a fatores como a compensação salarial e a inclusão no quadro orgânico.

Existe uma nulidade do papel do Coordenador Pedagógico Universitário no Ensino Superior Angolano e do professor nas ações pedagógicas e didática, que incorpora uma reflexão no processo de ensino-aprendizagem para integrar alunos com deficiências é possível a promoção da educação integral dos alunos no aspeto cognitivo e moral.

Diante de relatos feitos pelos membros das Unidades Orgânicas e do Colégio Reitoral, percebe-se que eles estão preocupados com a implementação do Coordenador Pedagógico Universitário, parecendo haver um comprometimento, um diálogo aberto entre os integrantes, com relação às funções que são desenvolvidas.

Os entrevistados referem que existe “necessidade da implementação nas Unidades Orgânicas dos Coordenadores Pedagógicos Universitários para mobilidade do processo de ensino-aprendizagem” que com Coordenadores Pedagógicos Universitários, “haveria melhor distribuição de tarefas na fase de racionalização dos quadros” e que “a presença dos Coordenadores Pedagógicos Universitários nas Instituições de Ensino Superior melhoraria o processo de ensino-aprendizagem” e se “resolveriam os problemas do Curso”.

Neste pensamento referiram a revisão do Estatuto Remuneratório do Subsistema de Ensino Superior e adequa-la ao atual contexto. Também, não deixaram de fazer ênfase a “outros incentivos” para motivação do desempenho dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.

Procurando alcançar este objetivo era necessário estabelecer uma certa organização que coincidisse com os ideais educativos. Começariam, então a surgir medidas que progressivamente iriam criando estruturas, com competências específicas, que tornariam possível a concretização desse plano.

É esta concepção que os entrevistados têm acerca da opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, de acordo com o Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição dentro do Departamento de Ensino e Investigação: Coordenador Pedagógico, Chefe de Repartição de Ensino, Regente de cadeira, Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - categoria de Chefes de Secções.

O processo de ensino-aprendizagem é uma “atividade importante, necessita de quadros capazes”. Porque “existe ainda muitas dificuldades para atingir estes objetivos”. Os professores entrevistados referiram ainda que depende da “dinâmica, dos resultados do trabalho coletivo e da personalidade” e que atualmente, o rigor do processo de ensino-aprendizagem, dependeria das reuniões metodológicas.

Quanto à “falta de tempo”, pelos chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação em realizar todo um conjunto de tarefas de ensino, 64% dos entrevistados, concordam que o volume do trabalho dos Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação por falta nestes departamentos de uma estrutura intermédia, bem clarificada, não possibilita uma resposta adequada e as reflexões sobre os resultados das avaliações e o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ainda não são significativos nas Unidades Orgânicas.

Sobre competências dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, a qualidade do trabalho realizado para eficácia do processo de ensino-aprendizagem, está dependente do compromisso que as estruturas de orientação educativa (Universidade Lueji A´Nkonde e Departamento Ministerial do Executivo Angolano), assumem relativamente à execução do papel que lhe é conferido alíneas p), r) et), da Resolução nº 04/de 02 de Fevereiro e outra sobre a melhoria do processo de ensino-aprendizagem neste subsistema.

**4. Conclusões**

Neste estudo concluiu-se que existem muitas indagações a serem feitas a respeito da falta de Coordenadores Pedagógicos Universitários, nas instituições de Ensino Superior, o que dificultaria para um caminhar, para desenvolver um trabalho de qualidade, já que os chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação, por si só, não conseguem dar atenção necessária e suficiente ao nível departamental de um conjunto de tarefas que envolve o processo de ensino-aprendizagem.

Acredita-se, que daqui para frente é importante refletir numa nova forma de ver a figura do Coordenador Pedagógico Universitário, voltada para uma reflexão conjunta, democrática, alicerçada pela busca do sucesso académico. Somente, dessa maneira poderia acontecer uma mudança com relação à sua atuação no interior do processo educativo do Ensino Superior, bem como, dos demais participantes desse.

A valorização dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no subsistema de Ensino Superior, enquanto mediadores de aprendizagens, da promoção da cooperação entre os professores, da competência científico-pedagógica, dando especial ênfase à noção de partilha de saberes, à reflexão conjunta, à experiência profissional e aos conhecimentos pedagógicos e científicos, responderia a preocupação do Governo Angolano na melhoria e qualidade de ensino que se produz.

Ressalta o facto de a maioria dos inquiridos e entrevistados ter concordado que uma das funções efetivamente que deveriam ser exercidas pelo Coordenadores Pedagógicos Universitários é de cooperar na elaboração, desenvolvimento, supervisão e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Salientamos que os dados dos entrevistados (Diretores das Unidades Orgânicas e membros do Colégio Reitoral) dão maior suporte científico (Benedito, 2012,p.125).

Os dados obtidos, embora não conclusivos, servem de ponto de partida para reflexões e aprofundamento desta linha investigativa. Acreditamos que, no contexto atual do Ensino Superior em Angola, é premente que os professores e Coordenadores Pedagógicos Universitários reflitam sobre as suas concepções, em contexto da sua escola, na promoção do sucesso académico.

Em suma, é necessário fazer uma reflexão ao nível das estruturas de coordenação educativa, Departamento de Ensino e Investigação. Parece-nos notório que as concepções dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, uma vez implementadas, demonstraria o contributo que o Colégio Reitoral, no exercício interno das principais características que devem constituir o perfil dos detentores desses cargos. Sendo a Universidade Lueji A' NKonde, enquanto entidade organizacional, o núcleo de decisão relativamente à organização pedagógica ao nível da Universidade, para promover métodos que melhor se adequa ao próprio contexto, espera-se que uma reflexão colaborativa e participada sejam útil para a construção de um perfil de competências da ação, capaz de legitimar como mediador entre o professor, aprendizagem e o aluno.

**Agradecimentos**

Agradeço ao Colégio Reitoral da Universidade Lueji A' NKonde – ULAN, e em especial ao Magnifico Reitor, Professor Doutor Samuel Carlos Victorino, não só pelo seu profissionalismo, preocupação e incentivo moral que me foi cedido.

Aos Diretores e Docentes das Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte - ESPLN e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul - ESPLS, que pela sua paciência em ouvir os meus incómodos em detrimento dos seus afazeres.

Um agradecimento particular ao MSc. Infeliz Coxe da Escola Superior Politécnica de Malanje que deu-me força de terminar a pesquisa em tempo certo.

**Referências bibliográficas**

Aires, A. etal Silva, R. (s/d). *A importância do coordenador pedagógico no contexto social em Santa Luzia do Itanhi*. Brasil.

Almeida (2001). O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. In Almeida, L. &Placco, V. (Org*.). O coordenador pedagógico e o espaço de mudança.* São Paulo: Loyola.

Bardin (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan&Birklen (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Lisboa: Asa.

Brandão (1999.) *A participação da pesquisa no trabalho popular.* In *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

Carvalho (2005). *Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula*. Cuiabá: EdUFMT.

Elias (2006). *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

Ferreira (2009). A educação como mediação e a totalidade do trabalho pedagógico. In Rangel, M. (Org.). *Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação.* Campinas, São Paulo: Papirus.

Medina (1997). Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. InJúnior, C. & Rangel, M. (Org.) *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus.

Moscorola, J. & Freitas, H. (2002). Da observação à Decisão: Métodos de Pesquisa e de Análise Quantitativa e Qualitativa de dados. In *RAE-eletrônica*, v.1, n.º1. Acedido electronicamente em: http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06

Pestana & Gageiro (2009). *Análise Categórica, Árvores de Decisão e Análise de Conteúdo*. Lisboa: Lidel.

Placco, V. (2003). O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In Almeida, L. &Placco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. São Paulo: Loyola.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Saviani (2010). *A supervisão educacional em perspetiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia*. São Paulo: Papirus.

Tukman, B. (2002). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.